



## GESTÃO ESCOLAR E AS NTICS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO TECNOLÓGICA DO GESTOR

### SCHOOL ADMINISTRATION AND NTICS: A VIEW ABOUT NA ADMINISTRATOR S TECHNOLOGICAL FORMATION

Eliane Maria Balcevicz Grotto<sup>1</sup>  
Gracieli Salla<sup>2</sup>

**RESUMO:** O uso das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto escolar requer a formação, o envolvimento e o compromisso de todos os protagonistas do processo educacional (professores, gestores e coordenadores pedagógicos) no sentido de repensar o processo de ensino-aprendizagem na e para a sociedade do conhecimento. Neste sentido, o projeto “Gestão Escolar e as NTICs: Um olhar sobre a formação tecnológica do gestor”; tem como objetivo verificar que conhecimentos técnicos e pedagógicos os gestores das Escolas Públicas de Educação Básica de Frederico Westphalen têm com relação às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. A proposta metodológica que embasa esse estudo possui caráter descritivo e adota como procedimento metodológico, o aprofundamento do referencial teórico, aplicação de questionários, entrevista e observação da prática administrativa e pedagógica dos gestores na utilização do computador.

**PALAVRAS-CHAVES:** conhecimento, escola, gestão, tecnologia.

**ABSTRACT:** The use of new communication and information technologies in school context applies for a formation, the involvement and the commitment of all protagonists from educational process (teacher, administrator and pedagogical coordinators) in the sense of rethink the teaching-learning coordinators) in the sense of rethink the teaching-learning process in and to the knowledge society. By this way, the project “School administration and NTICs: A view about an administrators s technological formation” has as objective verify which pedagogical and technical knowledges the administrators of Public schools of Basic education from Frederico Westphalen have with relation to the Communication and information new technologies. The methodological proposal that inbase this research has a descriptive character and accepts, as methodological procedure, the deepen of theoretical base, questionnaires apply, interview and observation of administrators pedagogical and administrative practice in the computer utilization.

**KEYWORDS:** knowledge, school, administration, technology.

---

<sup>1</sup> Professora da URI – Campus de F.W. Mestre em Educação – e-mail [grotto@fw.uri.br](mailto:grotto@fw.uri.br)

<sup>2</sup> Bolsista PIIC/URI – Curso Pedagogia - [ped10932@fw.uri.br](mailto:ped10932@fw.uri.br)



## Considerações Iniciais

Atualmente, o paradigma dominante, ainda que por sua natureza para muitos não seja totalmente visível é o paradigma do bit. Bit é uma palavra em inglês formada pela união do sintagma “BInary digiT”, ou dígito binário, em nosso bom português, fazendo referência ao mundo digital, à vida digital (NEGROPONTE, 1995). Bit, por extensão, significa uma pequena porção de informação. Assim, estamos nos movendo de uma era do concreto para uma era do abstrato, da era da indústria de manufatura para a era da indústria da informação. (SCHAFF,1990) chama a sociedade contemporânea de sociedade Informática. Lévy, um dos teóricos mais celebrados desse novo momento, chama a atenção em seu trabalho para o modelo virtual emergente e para essa nova mentalidade a que chama de “cibercultura”.

O uso das novas tecnologias de informação e comunicação no contexto escolar requer a formação, o envolvimento e o compromisso de todos os protagonistas do processo educacional (professores, diretores, supervisores, coordenadores pedagógicos) no sentido de repensar o processo de ensino-aprendizagem na e para a sociedade do conhecimento. Esses protagonistas têm papéis distintos e, portanto, o uso da tecnologia deve atender as suas especificidades, de tal forma que, no âmbito global, suas ações sejam articuladas com vistas a favorecer o desenvolvimento do aluno como cidadão participativo e crítico para compreender e se apropriar das informações disponíveis na Internet.

Dessa forma, surge a demanda por um perfil de gestor escolar que apresente diferentes características, entre elas o manejo de tecnologias emergentes. Neste sentido, o projeto “Gestão Escolar e as NTICs: Um olhar sobre a formação tecnológica do gestor”; tem como objetivo verificar que conhecimentos técnicos e pedagógicos os gestores das Escolas Públicas de Educação Básica de um município do noroeste do Rio Grande do Sul têm com relação às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. A proposta metodológica caracteriza-se como qualitativa e adota como procedimento metodológico, o aprofundamento do referencial teórico, aplicação de questionários, entrevista e observação da prática administrativa e pedagógica dos gestores na utilização do computador.



## Contextualizando os estudos

A atuação dos gestores educacionais, nos dias de hoje, vem sofrendo modificações em todos os aspectos, incluindo o aspecto de formação; existe, hoje, uma grande contradição no que diz respeito à formação necessária para a atuação do gestor educacional. Com base no princípio legal, de acordo com a LDB 9394/96, em seu artigo 64 (Brasil, 1996):

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica, serão feitos em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nessa formação, a base comum nacional.

Na realidade existente no país, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, não existe necessidade de uma formação específica para que se possa atuar como diretor de Escola. Desde a implementação do processo de eleição direta para diretor de Escola pública, todos os profissionais devidamente inseridos nos quadros de magistério, desde que tenham curso superior, podem ser diretores e vice-diretores de Escola.

Percebe-se através do comparativo da questão legal (o que a LDB 9394/96 normatiza) e da prática (o que está realmente ocorrendo nas Escolas) que a questão da atuação e formação do gestor é algo que não está claramente definido para a comunidade educacional em geral.

No entender de (PARO, 2001), um dos grandes problemas da LDB 9394/96, quando trata da formação dos “especialistas de educação” é a vinculação direta, na graduação ao curso de pedagogia e suas habilitações, conseqüentemente reforçando a necessidade de uma formação específica para esta função (o pedagogo), mas excluindo a possibilidade de muitos educadores (não pedagogos) de exercerem uma função diretiva na Escola.

Cresce entre os educadores a preocupação com o atual sistema de formação de educadores em nível superior, incluindo a separação entre as licenciaturas e o curso de pedagogia. Se todos os educadores, desde que tenham curso superior, podem exercer a função de dirigente escolar, supõe-se que estes profissionais tenham alguns conhecimentos



considerados pré-requisito para sua atuação diária, seja nos cursos de licenciatura ou de pedagogia.

Esta tem sido, aliás, uma preocupação compartilhada por esta autora, que entende como necessária uma formação específica para o exercício da função de gestor educacional, dada complexidade e especificidade da atuação deste profissional dentro do contexto escolar. Deve-se levar em conta que a demanda pelo aumento da competência da Escola exige, em contrapartida, maior competência de sua gestão.

(PARO, 2001, p. 61) considera que a formação do gestor deveria conter pelo menos conteúdos sobre “fundamentos da educação (históricos, filosóficos, sociológicos, econômicos, psicológicos), didática, as metodologias necessárias para bem ensinar determinado conteúdo programático e as questões relacionadas à situação da Escola pública”.

Pode-se analisar a formação do gestor, assim como o curso de pedagogia, com várias contradições. Para (AGUIAR, 2000, p.108), quando nos deparamos com a formação dos profissionais de educação, devemos levar em consideração as questões referentes ao contexto e as reformas educacionais ocorridas no Brasil, “e tampouco de dialogar com as propostas oficiais e com as que vêm sendo construídas no movimento mais amplo dos educadores”.

Neste período, o pedagogo passa a limitar-se a questões secundárias do processo educacional, conseqüência de sua formação cada vez mais especializada, dividida por causa das habilitações. Como conseqüência disso, tem-se o “empobrecimento” do trabalho pedagógico, onde cada profissional fica preso à sua área de atuação, às vezes, com poucos conhecimentos. Esta divisão do curso de Pedagogia em diferentes habilitações está diretamente relacionada à forma de organização do trabalho na sociedade capitalista, onde existe uma dicotomia entre quem pensa e quem executa, quem faz. Seguindo o proposto no curso de Pedagogia, os especialistas em educação seriam os responsáveis pela concepção da educação, enquanto os professores estariam executando a educação através da prática diária.

Segundo (KUENZER, 2000, p.35): Esta pedagogia de trabalho taylorista/fordista foi dando origem, historicamente a uma pedagogia escolar centrada nos conteúdos, ora nas



atividades, mas nunca comprometida com o estabelecimento de uma relação entre aluno e conhecimento que verdadeiramente integrasse conteúdo e método, de modo a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas.

Esta realidade polêmica vivenciada nas Escolas leva novamente um grupo de educadores a pensar em redirecionar o curso de Pedagogia e, a partir do Primeiro Seminário de Educação Brasileira, realizado na Unicamp (Campinas) em 1978, o debate passa a ganhar espaço de forma nacional e, suscita a realização de encontros e seminários sobre uma nova reformulação do curso de Pedagogia; em 1980 é criado o Comitê pró-formação do educador que em 1983 transforma-se em Comissão Nacional de Reformulação de Cursos de Formação do Educador e, em 1990, em Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação ANFOPE (LIBÂNEO, 2002, p. 129).

A temática principal de discussão era referente a base nacional comum, que de acordo com decisão do V Encontro Nacional da ANFOPE, que aconteceu em 1990, a base nacional comum passa a ser entendida como "núcleo essencial da formação do profissional da educação" (ANFOPE, 1996, p.28).

Assim, o centro da linha curricular deveria ser a unidade entre teoria e prática, esvaziada neste período pela antiga formação do pedagogo, por causa das habilitações. A docência passa a ser vista como preocupação central na formação e o trabalho do pedagogo na organização da Escola como um todo.

Segundo a ANFOPE (Id. ib, p.22), a formação inicial do educador deve contemplar: a qualificação para docência: condição para o desenvolvimento do trabalho pedagógico a partir da relação teoria-prática na aquisição, produção e socialização do conhecimento; qualificação político-pedagógica: condição para a prática pedagógica que indo; relações de poder no interior da Escola e na relação Escola comunidade; qualificação político-social: condição para a compreensão crítica e questionadora de projetos políticos para a educação e para o compromisso com a construção de um projeto político-social, comprometido com os interesses populares.

Com a promulgação da LDB 9694/96, o curso de Pedagogia se modifica novamente. São extintas as licenciaturas curtas, criam-se os Institutos Superiores de Educação, que passam a serem responsáveis pela oferta de cursos Normais Superiores,



pelas Licenciaturas e por todas as questões ligadas à formação de professores.

Além da formação docente no Curso de Pedagogia, a LDB mantém a formação tradicional dos especialistas, conforme seu artigo 64: A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino. Garantida nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Porém, de acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, divulgadas em 1999, essa formação deixa de ser fortalecida, dando lugar ao Profissional de Educação, onde a identidade profissional se estabelece através da docência. Estas diretrizes apresentam com clareza, para a formação básica do pedagogo, as opções do magistério na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.

Paralelamente a todas estas questões, com a criação do ISE<sup>3</sup> e dos Cursos Normais Superiores, as discussões em torno da formação de professores para a Escola Básica e o curso de Pedagogia fica cada vez mais acirrado; enquanto um grupo apoiava à continuidade da formação de professores para educação básica no curso de Pedagogia, outro grupo questionava que a partir do momento que haviam sido criados cursos específicos para a formação de professores, o curso de Pedagogia devia se restringir à formação de especialistas e pesquisadores.

Com a divulgação do Parecer 970/99 (de 09/11/99, que trata do Curso Normal Superior e Habilitação do Magistério em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental nos Cursos de Pedagogia) que previa que "não mais devem ser autorizadas as habilitações para magistério nas séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil nos cursos de Pedagogia, mas tão somente nos Cursos Normais Superiores".

Através do Decreto 3276/99, em seu artigo terceiro, diz que "a formação em nível superior de professores para atuação multidisciplinar", destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á exclusivamente em cursos normais superiores". Este decreto criou várias polêmicas, principalmente com as

---

<sup>3</sup> Entende-se por ISE – Instituto Superior de Educação, responsável pela formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.



associações de profissionais de educação, que iniciam uma mobilização em todo o país.

Em maio de 2000, surge então uma proposta de alteração deste Decreto, que modifica o artigo terceiro do Parecer 3276, substituindo a palavra “exclusivamente” por “preferencialmente”.

A partir deste Decreto, os ISE, através dos cursos Normais Superiores, deixam de ser "exclusivos" na formação de professores de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, ficando garantido também ao curso de Pedagogia o direito na formação destes profissionais.

Em maio de 2001 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, que prevê que a formação de professores passa a ser feita em curso de licenciatura, de graduação plena, não importando a instituição formadora, se curso de Pedagogia ou Curso Normal Superior.

Até a presente data, os impasses envolvendo o curso de Pedagogia e suas especificidades persistem e pode-se afirmar que este curso está, atualmente, enfrentando sua crise mais séria desde sua criação e continua não atendendo às necessidades reais de formação do gestor educacional.

O gestor deve atingir em sua formação as dimensões técnica e política. Na dimensão técnica, ele deve ser levado a conhecer e compreender o que podemos chamar de "base docente" que são todos os conhecimentos do processo da gestão de uma organização; na dimensão política, que requer "sensibilidade para perceber e se antecipar aos movimentos da realidade, capacidade dialética de negociação de conflitos nas relações interpessoais, sem negar as diferenças".(BORDIGNON E GRACINDO, 2000, p.174).

Estas questões relacionadas à formação necessária do gestor têm resultado em discussões acadêmicas que consideram dois posicionamentos: de um lado, existe a necessidade de que o gestor possua a formação docente com formação específica na área de política e gestão da educação; por outro lado, este conhecimento não deve ser apenas vinculado ao gestor/administrador, mas deve estar presente em todos os cursos de formação de professores para que todos tenham condições reais de participação no processo de gestão democrática.

Neste contexto ressalta-se a importância da formação tecnológica dos gestores e



dos professores para o uso das NTICs, já que muitas vezes torna-se difícil transformá-las em oportunidades de aprendizagem devido à falta de conhecimento e de preparação profissional por parte dos docentes das escolas. Segundo KENSKI (2003. P.74), “na realidade brasileira o maior desafio é a formação de professores, não só para dar conta da questão tecnológica, mais também para saber lidar com alunos e situações extremas: dos alunos que já possuem conhecimentos tecnologicamente avançados e acesso pleno ao universo de informações...”.

Por esse viés, educadores e equipe pedagógica devem tomar consciência que a informática faz parte do cotidiano da escola, deve-se oportunizar aos educando o acesso, tornando-os conhecedores das possibilidades de aprendizagens que esta tecnologia oferece. A articulação da escola com outros espaços do conhecimento como a informática, poderá possibilitar mudanças em seu interior, criando possibilidades de ser flexível, disponibilizando a gestão o ensino e a aprendizagem como um processo colaborativo, no qual professores e alunos produzem conhecimentos.

Com o auxílio das tecnologias tanto o educador como o gestor terá oportunidade de identificar e compreender problemas, permitindo-lhe contribuir para transformar o seu contexto de atuação, desfrutando da tecnologia para aprimorar a comunicação entre educadores, pais e comunidade escolar, além de desenvolver projetos relacionados à gestão administrativa e pedagógica. O uso das tecnologias vem se concretizando na medida em que gestores e comunidade escolar se empenham na realização desse trabalho, pois este compromisso não está ligado apenas à sala de aula, mas, com os diferentes segmentos da gestão escolar, na busca de condições para o uso das tecnologias no processo de ensino aprendizagem e na administração da gestão escolar, pois o papel do gestor não é apenas incentivar o uso das tecnologias em sala de aula, mas sim, promover uma gestão pedagógica com um sistema tecnológico.

Portanto, torna-se difícil falar em gestão inovadora sem que o gestor utilize sua competência para suprir boa parte das deficiências da escola. O incentivo do gestor para que os professores aprendam e se aperfeiçoam deve ser constante. Também cabe lembrar que existem gestores que superam as limitações e contribuem para transformar a escola, utilizando as tecnologias possíveis. Acrescenta-se, ainda, que a articulação da escola com outros setores, por meio das tecnologias resultará em mudanças, criando novas



oportunidades, propiciando uma gestão participativa, tornando o ensino aprendizagem um processo de colaboração, na qual professores, alunos e outras pessoas que atuam na escola irão tornar-se produtores de conhecimentos. No entanto, sabe-se que a tecnologia não é uma solução mágica para todas as mudanças, mas pode favorecer no sentido de superar algumas lacunas, principalmente no que se refere ao processo ensino-aprendizagem. É preciso que gestores, coordenadores e professores tenham conhecimentos para dominá-la, a fim de contribuir para a transformação da escola em um ambiente atrativo para aprendizagens.

### **Resultados da pesquisa**

A pesquisa buscou identificar a realidade dos sujeitos, contextualizando-a em sua integridade. Participaram da pesquisa gestores de (10) escolas, de um município localizado no noroeste do Rio Grande do Sul. Inicialmente a primeira questão abordada refere-se se as escolas oportunizam capacitação, estudos aos professores e funcionário referente ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

Das (10) escolas, em (07) os gestores revelam não ter nenhuma programação ou iniciativa de promover cursos para o grupo quanto à utilização das novas tecnologias de comunicação e informação seja no âmbito administrativo ou pedagógico. Apenas (03) se mostraram preocupadas em oferecer cursos de capacitação aos funcionários e professores incentivando e motivando-os a busca de novos conhecimentos disponíveis, acreditando que somente com a capacitação continuada a escola conseguirá atingir suas metas e propostas.

Os gestores acreditam que é fundamental que a equipe diretiva apóie, incentive e oportunize a todos os envolvidos uma formação continuada referente às novas tecnologias. Para tal, se faz necessário o esforço de todos, para que os sujeitos envolvidos assumam efetivamente suas responsabilidades em uma proposta desenvolvida em conjunto e com uma direção estabelecida, coerente e clara. Na verdade, o gestor é o impulsor da escola, ele precisa promover cursos que venha favorecer a prática pedagógica de seus professores, não permitindo que permaneçam imobilizados frente à atual conjuntura educacional.



Em relação à infra-estrutura pode-se dizer que das (10) escolas participantes, (01) escola conta com uma infra-estrutura ótima, pois dispõe de quatro laboratórios de informática todos conectados à Internet, os laboratórios têm ar condicionado e o número de computadores é condizente com o número de alunos. Esta escola também possui profissionais que dão suporte nos laboratórios sendo que os mesmos são formados e especializados na área de informática. (03) Escolas também, contam com um laboratório satisfatório quanto o número de máquinas, os computadores estão ligados a Internet, as salas são bem arejadas, possuem data-show e outros equipamentos que auxiliam nos trabalhos em laboratório. Estas escolas também contam com um suporte técnico, mas, não são da área da informática, é profissional que estão com carga horária sobrando ou então a escola contrata um profissional pelo Praden.

Já as outras (06) escolas, encontram-se em fase implementação e/ou estruturação, uma vez que a escola por si só não tem condições financeiras para investir em laboratórios e que segundo os gestores cada vez mais o repasse do governo não é o suficiente para as despesas corriqueiras. Outra questão abordada mostrou que apenas (05) das escolas pesquisadas contam com gestores capazes em utilizar os recursos da informática.

Destes a maioria tem maior conhecimento no uso da Internet, os mesmos utilizam para pesquisas ou até mesmo para consultas, informações administrativas. Com relação à organização acadêmica (dados dos alunos), utilizam-se programas específicos. Os gestores colocam que o acesso se restringe apenas a funcionários da secretaria, acrescentam ainda que o treinamento destes fica a cargo da Secretaria Estadual e o/ou coordenadoria. Por esse viés, percebe-se, que a utilização dos recursos da informática nas escolas pesquisadas como um todo não é uma prática adotada em seus planejamentos e/ ou nos projetos político pedagógico.

Frente a essa realidade, sinaliza-se que a relação entre gestão e as tecnologias precisam ser inseridas nas escolas com maior eficiência, sinalizando possibilidades de avanços e melhorias, seja no administrativo ou pedagógico. No entanto, ressalta-se a importância da formação tecnológica dos gestores e dos professores para o uso das NTICs, já que muitas vezes torna-se difícil transformá-las em oportunidades de aprendizagem devido à falta de conhecimento e de preparação profissional por parte dos docentes das escolas. Segundo (KENSKI 2003. p.74): “



Na realidade o maior desafio atualmente não está apenas relacionado à formação de professores, mais também em saber lidar com alunos e situações extremas como de alunos que convivem com a era digital desde que nasceram.

Dessa forma, o uso das tecnologias vem se concretizar na medida em que gestores e comunidade escolar se empenhem na realização desse trabalho, pois este compromisso não está ligado apenas à sala de aula, mas, com os diferentes segmentos da gestão escolar, na busca de condições para o uso das tecnologias no processo de ensino aprendizagem e na administração da gestão escolar, pois o papel do gestor não é apenas incentivar o uso das tecnologias em sala de aula, mas sim, promover uma gestão pedagógica com um sistema tecnológico.

Também, se questionou dos gestores a forma como esta sendo utilizado o laboratório de Informática. Pode-se inferir que das (10) escolas pesquisadas somente (01) escola trabalha no laboratório de uma forma organizada, ou seja, o professor da turma é quem trabalha com os alunos no laboratório, o suporte fica no laboratório, mas, interfere somente, se precisar, a pedido do professor. O professor responsável pela sua disciplina elabora um projeto onde deixa claro o que vai trabalhar, quais são seus objetivo e o que quer alcançar com este trabalho, o projeto é entregue para a coordenação da escola, deixando claro, a equipe diretiva seu planejamento.

Nas demais escolas ainda utilizam-se os laboratórios somente para realizar pesquisa em horário extra-classe sem orientação do professor da disciplina. Portanto, o processo de integração de computadores e outros instrumentos tecnológicos na escola, podem e devem ser compreendidos como um processo de inovação, e como tal, tem que atender a um grande número de fatores e componentes para o desenvolvimento da mudança e melhora que a educação persegue. Isto precisa necessariamente ser feito pela integração curricular que afeta fundamentalmente a três campos mutuamente implicados: o desenvolvimento profissional do professor; o desenvolvimento organizacional da escola e a reorganização do próprio currículo. E, um dos fatores fundamentais para as necessidades apontadas é que essas tecnologias pressupõem um saber apoiado não em conhecimentos teóricos adquiridos mecanicamente, mas em modelos mentais flexíveis da realidade, capazes de evoluir em sucessivas e crescentes formalizações.

De acordo com VALENTE, a incorporação das NTICs na escola e na prática



pedagógica não pode se restringir à formação dos professores, mas deve voltar-se, também, para a preparação de dirigentes de escolas e seus colaboradores, propiciando-lhe um domínio dos recursos dessa tecnologia que possa auxiliar na gestão escolar e, simultaneamente, provocar a tomada de consciência sobre as contribuições dessa tecnologia ao ensino e à aprendizagem.

Cria-se, assim, um ambiente de formação para que o diretor possa analisar e reconstruir o seu papel frente às responsabilidades que lhe cabem como líder da instituição. Ressalta-se, que além do gestor ser o maestro que orienta todo o processo educativo, o diretor é também responsável pela criação de uma nova cultura, que incorpore as NTICs às suas práticas técnico-administrativas e pedagógicas. De modo semelhante, o coordenador pedagógico terá a oportunidade de rever e de analisar as contribuições dessa tecnologia para desempenhar o papel de articulador entre as dimensões pedagógicas e administrativas da escola.

Por esse viés analisa-se que o uso das NTICs seja no âmbito administrativo ou pedagógico, constitui um desafio para educadores e dirigentes educacionais. Os gestores percebem a importância dessa tecnologia no desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas, mas também reconhecem que as experiências ainda são incipientes quanto à inserção deste recurso na gestão escolar, bem como vêem a falta de conhecimento como um dos implicativos para a adesão desta tecnologia na escola.

### **Considerações Finais**

Vive-se hoje em uma sociedade conectada, que deve privilegiar a renovação de conteúdos e de métodos pedagógicos para melhorar a qualidade do ensino, desburocratizar e homogeneizar as oportunidades educacionais. Para que essas características se efetivem, é preciso que os investimentos e manutenção no que diz respeito à presença do computador no processo ensino-aprendizagem sejam de igual proporção para a formação de professores. Uma questão a ser ressaltada é que há uma discrepância entre os enunciados políticos quanto os recursos efetivamente disponibilizados as escolas.

Se por um lado, o governo apresenta projetos audaciosos como, a meta que o ministério da educação estabeleceu de informatizar todas as escolas rurais com mais de



cinquenta alunos até o fim do ano, por outro lado percebe-se que na prática a realidade é outra, ou seja, grande maioria das escolas hoje sequer conta com números de computadores adequados e em funcionamento.

Acrescentaria ainda que a manutenção encontra-se a cargo da escola, a qual utiliza recursos próprios. Esta situação faz com que muitas escolas não utilizem o laboratório de informática e conseqüentemente não se tem grande avanço por parte das novas tecnologias de informação e comunicação. Com relação à formação é fundamental que o profissional da educação conheça as possibilidades do recurso tecnológico, a fim de utilizá-lo como instrumento que venha contribuir e favorecer a suas atividades administrativas e pedagógicas. Caso contrário, não é possível saber como um determinado recurso pode auxiliar nos seus diferentes segmentos.

No entanto, isso não significa que o professor deva ser especialista, mas que é necessário conhecer as potencialidades das ferramentas e saber utilizá-las para aperfeiçoar suas atividades. É preciso que o profissional da educação compreenda as transformações que estão ocorrendo no mundo e a necessidade de a escola acompanhar esse processo. Faz-se necessário que ele perceba que o perfil de sua profissão vem sofrendo modificações. Hoje, é necessário questionar os paradigmas e estar habilitado a lidar com as mudanças na forma de produzir, armazenar e transmitir o conhecimento que dão origem a novas formas de fazer, pensar e aprender.

Por isso, é fundamental que todos os envolvidos com o processo educacional estejam dispostos a aprender sempre, não tenha medo de experimentar e errar enquanto aprende que se coloque no papel de problematizador de conteúdos e atividades. Ou seja, todos os segmentos da comunidade escolar devem refletir cuidadosamente no sentido de que a tecnologia contribua de fato, para a formação de indivíduos competentes, críticos, conscientes e preparados para a realidade que vive.

Neste sentido, pensar na utilização da informática como recurso didático no processo de ensino e aprendizagem ou para o desenvolvimento de atividades burocráticas, é importante levar em conta três aspectos que determinam suas potencialidades e sua efetividade no espaço escolar: primeiro verificar a validade da introdução da informática na escola; segundo rever, com os professores, os objetivos, os métodos e os conteúdos;



terceiro, proporcionar aos professores a capacitação técnica e pedagógica com relação ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

Enfim, sabe-se da importância da comunicação e de suas tecnologias nos processos organizacionais e no apoio às rotinas de trabalhos existentes nos mais diversos níveis e setores econômicos, seja em atividades de programação de rotinas e processos, de organização, registro, acesso, manipulação e apresentação de informações, bem como é de conhecimento de todos que se tem avançado bastante nos últimos anos quanto à informatização das escolas, mas a demanda por novos laboratórios, por conexões mais rápidas, por novos programas é incessante. Também, acredita-se ser fundamental uma reconstrução dos espaços de formação, revendo sua função social, bem como metodologias utilizadas e formas de gestão, para que os profissionais ao final de sua formação inicial tenham o perfil desejado pela sociedade atual.

## 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNHARD, Paulette. La formación en el uso de la información: una ventaja en la enseñanza superior. Situación actual. Disponível em: <http://www.adelf.ca./revue/XXVII-2/resumes.html> Acesso em: 15/12/2002.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. Gestão da educação: o município e a Escola. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A . S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-176.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. São Paulo: Papirus, 2003.

NEGROPONTE, N. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIBÂNEO, José C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCENA, Carlos; FUKS, Hugo. A educação na era da Internet: professores e



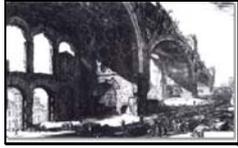
aprendizagem na Web. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000.

SAMPAIO, Marisa Narcizo e LEITE, Lígia Silva. (1999). Alfabetização Tecnológica do professor. Petrópolis – RJ: Vozes.

SCHAFF, A. A Sociedade Informática. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

TAJRA, S.F.(1998). Informática na Educação: Novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo. Érica.

VALENTE J. A (2001). Uma alternativa para a formação de educadores ao longo da vida. Pátio Revista Pedagógica. Porto Alegre-RS: Artmed - Ano V - nº 18.



Travessias número 01 [revistatravessias@gmail.com](mailto:revistatravessias@gmail.com)

Pesquisas em educação, cultura, linguagem e arte.

---